

QUEM FAZ A ACP NO BRASIL? RESULTADOS E REFLEXÕES PRELIMINARES

Alessandra Tozatto¹, [Fernanda Fochi Nogueira Insfran](#)², [Noany Oliveira Corquinha de Souza](#)³, [Ruy Eduardo Gomes Bizerra de Marcenés](#)⁴, [Sheysa Alves Gonçalves](#)⁵

1 Centro Universitário Redentor | Professora

2 Universidade Federal Fluminense | Professora Associada

3 Universidade Federal Fluminense | Graduanda em Ciências Sociais

4 Universidade Federal Fluminense | Graduando em Ciências Sociais

5 Universidade Federal Fluminense | Mestra em Ensino

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar dados preliminares da pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?”, que buscou conhecer o perfil dos/ das psicólogos/as que atuam com a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil, em que regiões do país estão mais concentrados/as e em que áreas da psicologia atuam. O texto inicia apresentando brevemente Carl Rogers e a ACP. Em seguida traz pesquisas anteriores sobre a história da Abordagem no Brasil, buscando de forma cronológica e contextualizada identificar as etapas de consolidação da ACP entre nós. Quanto à pesquisa empírica, tivemos 316 participantes de todo o país, que responderam um questionário online semiestruturado encaminhado através de redes sociais. Dentre as questões arroladas, destacamos neste artigo aquelas pertinentes à composição desta amostra, considerada bastante representativa – por encontrar resultados similares ao Censo Psi 2022 – daqueles/ daquelas que escolheram a ACP como linha de atuação. Buscamos refletir sobre as mudanças nesta composição e na disseminação da Abordagem pelo país, principalmente com a fixação de psis em cidades do interior. Também apresentamos algumas reflexões sobre a formação inicial e continuada dos/ das acepistas brasileiros/as.

Palavras-chave: Abordagem Centrada na Pessoa; Formação de psicólogos; Ensino Superior.

WHO MAKES PCA IN BRAZIL? PRELIMINARY RESULTS AND REFLECTIONS

ABSTRACT

This article aims to present preliminary data from the research “Who does PCA in Brazil?”, which wants to know the profile of psychologists who work with the Person-Centered Approach (PCA) in Brazil, in which regions of the country are more concentrated and in which areas of psychology they work. The text begins with a briefly introducing Carl Rogers and the PCA. After, it present last research on the history of the Approach in Brazil, seeking in a chronological and contextualized way to identify the stages of PCA consolidation here. Thus, the empirical research brought answers by 316 participants from across the country, who answered a semi-structured online questionnaire sent through social medias. Among the questions listed, in this article we highlight those pertinent to the composition of this sample, considered quite representative – as it found similar results to the 2022 Psi Census – of those who chose PCA as their approach. We seek to reflect on the changes in this composition and the dissemination of the Approach across the country, mainly with the establishment of psychologists in interior cities. We also present some reflections on the initial and continued education of Brazilian acepists.

Keywords: Person-Centered Approach; Psychologists education; University education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o primeiro de uma série de publicações que tem como objetivo apresentar dados da pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?”. Tal pesquisa foi motivada pela necessidade de darmos continuidade ao importante trabalho de construção da história da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil, bem como conhecermos a “cara nova” da Abordagem, que novos atores surgiram para seguir atuando dentro dessa orientação humanista de Psicologia e/ou formando novos acepistas que estão nos ajudando na disseminação dos ensinamentos de Carl Rogers pelos quatro cantos deste país continental.

Assim, iniciamos o artigo apresentando brevemente Carl Rogers e a ACP, para em seguida trazermos pesquisas anteriores sobre a história da Abordagem no Brasil⁽¹⁾, buscando de forma cronológica e contextualizada identificar as etapas de consolidação da ACP entre nós.

Quanto à pesquisa empírica, tivemos 316 participantes de todo o país, que responderam um questionário online semiestruturado encaminhado através de redes sociais pelo período de uma semana (entre 7 e 13 de junho de 2024). Trabalhamos aqui principalmente com questões fechadas deste questionário, deixando para as próximas publicações, uma análise qualitativa mais cuidadosa das falas dos participantes nas questões abertas.

Carl Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa: uma breve apresentação

Entender quem foi Carl Rogers (1902-1987) é fundamental para compreender como a ACP foi sendo construída por ele e seus colaboradores, desde a década de 1940 e o que diferencia cada fase desta abordagem da psicologia humanista. A trajetória pessoal/profissional de Rogers caminha junto à trajetória da Abordagem Centrada na Pessoa, pois toda a base teórico-metodológica da ACP foi sendo construída ao longo da carreira de Rogers como professor universitário, psicólogo clínico e posteriormente, facilitador de grupos.

Carl Rogers, filho de uma tradicional família protestante norte-americana do início do século XX, não manifestou interesse pela psicologia logo de início. Ingressou na Universidade de Wisconsin, com o objetivo de estudar agricultura, mas seu interesse deslocou-se para a religião, e logo Rogers transferiu-se para o curso de história. Ainda na universidade, é selecionado para viajar durante seis meses para a China e países do Oriente, como participante do Congresso Internacional da Federação Mundial de Estudantes Cristãos. Esta experiência foi determinante para despertar o interesse de Rogers pela Psicologia. Nesta

viagem ele experimenta a vida em grupo e passa a valorizar e entender as diferenças individuais. Assim, ao voltar aos Estados Unidos, decide começar um curso de introdução à Psicologia por correspondência ⁽²⁾ ⁽³⁾.

Assim, Rogers começa fazendo vários cursos no *Teacher's College* da Universidade de Columbia, e logo passa a trabalhar com filosofia da educação e inicia na psicologia clínica trabalhando com crianças. Rogers tornou-se mestre em 1928, e doutor em 1931, nessa mesma universidade. Ainda enquanto terminava seu doutorado, Rogers torna-se membro da equipe técnica do "Child Study Department" da Associação para a Proteção à Infância em Rochester (NY). Rogers passou 12 anos nesta universidade, onde dedicou-se a trabalhar com casos de crianças delinquentes e sem recursos.

Em 1940, Rogers passou a ocupar a cátedra de Psicologia na Universidade de Ohio. Neste mesmo ano, publica "Tratamento Clínico da Criança Problema". Rogers considera marco de fundação da Terapia Centrada no Cliente, a palestra "Novos Conceitos em Psicoterapia", que deu numa conferência na Universidade de Minnesota, em 11 de dezembro de 1940. Ali ele apresentou a sua nova forma de atendimento psicoterápico e lançou críticas aos velhos métodos ⁽²⁾.

Em 1942, Rogers publicou "Psicoterapia e Consulta Psicológica". Nesta obra, aparece pela primeira vez o termo "cliente". O uso desse termo ocorre porque Rogers considerava que a relação terapêutica envolvia ação e afetação mútuas e dessa forma, havia um trabalho ativo da pessoa que buscava a psicoterapia, não cabendo o termo "paciente". Outro motivo seria o fato de "paciente" ser um termo que denota "cura" e "tratamento" ou "aquele que suporta algo" ⁽²⁾. Este livro inaugural da Abordagem Centrada na Pessoa, que neste momento ainda não tinha este rótulo, inaugura também a primeira fase da ACP, a chamada fase não-diretiva, onde o trabalho do terapeuta é de reiteração, para destacar a figura do fundo no discurso do cliente. É uma ação não-interventiva, de aceitação e clarificação dos *insights* do cliente.

As ideias que Rogers apresenta nesta primeira fase da ACP se mostraram muito distintas de todas as outras abordagens terapêuticas, principalmente por "confiar mais no aprofundamento do indivíduo, retirando o poder da mão do terapeuta" ⁽⁴⁾.

Já na Universidade de Chicago, onde passou 12 anos, Rogers publicou, em 1951, "Terapia Centrada no Cliente", considerado marco da segunda fase da Abordagem. Nesta fase, a Reflexiva, a mudança mais evidente é a ênfase do terapeuta em reagir sensivelmente às emoções mais do que ao conteúdo do que é relatado pelo cliente. A reflexão de sentimentos substitui, a partir de agora, a clarificação não-diretiva sobre os conteúdos do discurso do cliente. É nesta fase que Rogers apresenta a formulação teórica das atitudes

facilitadoras, a partir da constatação de que as atitudes do terapeuta são fundamentais para o processo terapêutico. Seriam elas:

- *Consideração positiva incondicional*: Consiste em considerar o cliente como um todo, sem submetê-lo a qualquer tipo de julgamento de valores sociais, para que este possa experimentar-se livremente, sem qualquer empecilho ou bloqueio de sua consciência aos seus sentimentos ou atitudes ⁽⁵⁾.

- *Compreensão Empática*: é a capacidade de colocar-se no lugar do outro “como se” fosse o outro, fazer com que este outro saiba que está sendo compreendido e respeitado, mesmo que, na relação, haja uma gama de diferenças entre cliente e terapeuta. Aliás, a diferença, para uma Abordagem Centrada na Pessoa, é algo de fundamental importância, pois implica em saúde, em “ser você mesmo”, “ser o que realmente se é”, num sentido de não se deixar guiar por um outro referencial, que não o da sua própria avaliação enquanto sujeito livre ⁽⁵⁾; e

- *Autenticidade ou Congruência*: Trata-se da capacidade do terapeuta de ter abertura à alteridade do cliente, sem precisar se esconder por trás de uma máscara de profissionalismo, tendo acessível, à sua consciência, os dados do momento em que se desenvolve a relação e expressar o que sente ou pensa a qualquer momento em que achar conveniente ⁽⁵⁾.

Outro conceito importante desenvolvido na segunda fase da ACP, é o pressuposto da *Tendência Atualizante*. Esta seria uma tendência para a manutenção, crescimento e reprodução do organismo. Além destas características, a tendência atualizante é uma abertura para o novo, para a criatividade; a busca pelo crescimento; um constante tornar-se. Parte daí a crença de que é o próprio cliente quem vai encontrar a saída para os seus problemas, desde que lhe sejam dadas condições básicas para que estes problemas sejam superados. Assim, o trabalho do psicoterapeuta centrado na pessoa é facilitar o crescimento que favoreça a pessoa, ou seja, criar as condições necessárias e suficientes para o crescimento da pessoa em terapia ⁽⁶⁾.

O marco de transição para a terceira fase da ACP, é a publicação, em 1961, do livro que o tornaria influente e famoso entre educadores, terapeutas, filósofos e outros profissionais: “Tornar-se Pessoa”.

Neste momento Rogers já passa a trabalhar com o rótulo Abordagem Centrada na Pessoa, abandonando antigas denominações como Aconselhamento Não-Diretivo ou Terapia Centrada no Cliente, pois considera que os campos de aplicação se expandiram para além da psicoterapia e exigem uma nomenclatura que abarque essa variedade de possibilidades de trabalho ⁽⁷⁾.

Nesta terceira fase, conhecida como Experiencial, o processo terapêutico passou a ser considerado como movimento ou fluxo experiencial. Ocorreu neste momento a aproximação de Rogers com Eugene Gendlin, um ex-aluno de Rogers que desenvolveu um conceito conhecido como “*experiencing*” – que criou o neologismo “*experenciação*”.

A contribuição principal de Gendlin foi fornecer um substrato teórico para a passagem de Rogers do positivismo lógico para uma orientação existencialista ⁽⁸⁾. Portanto, a principal ênfase é existencial; a fenomenologia é apenas o método para lidar com aspecto existencial e subjetivo do processo terapêutico.

O conflito entre “pessoa ou ciência” de Rogers se mantém por quase toda sua vida e obra, sendo que nesta terceira fase da Abordagem, fase experiencial, Rogers parece dar menos importância para comprovações científico-positivistas. Esta é considerada, portanto, sua fase mais fenomenológica-existencial. Sobre esse conflito, Rogers disse se tratar de uma

oposição entre o positivismo lógico em que eu fora educado e pelo qual tinha profundo respeito e um pensamento existencial orientado subjetivamente que crescia em mim, porque me parecia adequar-se perfeitamente à minha experiência terapêutica⁽⁹⁾.

Rogers percebe que a PESSOA PLENA, que entra em contato via relação terapêutica não cabe numa perspectiva objetivante, de cientificidade empírica, de relações causais ⁽⁴⁾.

Dado esse momento de ruptura com postulados científico-positivistas, Rogers se demitiu de Wincosin e partiu para a Califórnia, para integrar o Instituto Ocidental de Ciência do Comportamento. Em 1968, ele formou junto com outros colegas o “*Center for Studies of the Person*” (CSP), em La Jolla, San Diego, onde permaneceu como “colaborador presidente” até sua morte, em 1987.

Nos seus últimos anos de vida, iniciou o trabalho com grupos. O marco dessa fase é a publicação do livro “*Grupos de Encontro*”, em 1970. Rogers realizou uma série de workshops pelo mundo, especialmente em regiões de conflito, pois preocupava-se em difundir suas ideias pelo mundo, a fim de amenizar conflitos culturais, raciais e etc ⁽²⁾.

O trabalho com grupos teve tanto um caráter formativo - possibilitar uma formação continuada de psicólogos/as e psicoterapeutas, com pequenos grupos vivenciais e comunidades temporárias de aprendizagem - quanto serviu para promover grandes encontros de mediação de conflitos ⁽¹⁰⁾. No final da vida, Rogers estava bem animado com os grupos de encontros com políticos da América Central (patrocinados pela Universidade da Paz da

Costa Rica), entre outros. Ele e sua equipe já haviam participado de diversos encontros com grandes grupos em várias partes do mundo, pelo *Peace Project*. Devido a esta atuação na mediação de conflitos, Rogers foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 1987, mesmo ano em que faleceu ⁽¹⁾.

Apresentamos até aqui, brevemente, as etapas de construção da ACP enquanto Rogers, seu fundador, estava vivo. No próximo tópico, trataremos um pouco da história da ACP no Brasil, a partir de pesquisas anteriores que buscaram compreender de forma cronológica e contextualizada as etapas de consolidação desta Abordagem entre nós e quais regiões e cidades tiveram maior contato com os estudos de Carl Rogers desde a fase que Tassinari e Portela chamaram de “fertilização” ⁽¹⁾.

ACP no Brasil: breve histórico baseado em pesquisas e publicações anteriores

O primeiro texto mais completo que encontramos sobre a história da ACP no Brasil é fruto de uma pesquisa realizada em meados da década de 1990 por Marcia Tassinari e Yeda Portela que foi apresentado em eventos Latino-Americanos da ACP e posteriormente publicado no livro “Vocabulário e noções básicas da Abordagem Centrada na Pessoa” ^(1,2).

As autoras mostraram a grande dificuldade de conseguir registros escritos das atividades, agrupamentos e instituições que praticavam ACP no Brasil. Segundo elas, tivemos algumas tentativas de realização de um acervo brasileiro da ACP, porém estes projetos não foram levados adiante. Apesar disso, fizeram um ótimo trabalho de análise documental e também do estado da arte das publicações em ACP no Brasil (artigos, livros, dissertações, teses e afins) até 1997.

A pesquisa trouxe reflexões que levaram as autoras ⁽¹⁾ a estruturar quatro fases da ACP no Brasil em 50 anos, entre o início da Abordagem (nos EUA na década de 1940) e o período em que elas terminaram a pesquisa (final dos anos 1990). São elas:

- 1) Pré História (entre 1946 e 1976): período desde a fundação da ACP nos EUA até um ano antes da vinda de Carl Rogers ao Brasil, este é caracterizado por poucas publicações e eventos e presença isolada de profissionais no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, que tiveram contato com a ACP nos EUA (*La Jolla Program* recebeu psicólogos brasileiros, como Eduardo Bandeira, na década de 1970) e começaram a disseminar suas teorias e práticas por aqui ⁽¹⁾;
- 2) Fertilização (entre 1977 e 1986): período em que Rogers e sua equipe marcaram forte presença no Brasil (John Wood inclusive decide se mudar para

cá), desde a primeira visita, em 1977. Foram realizados dois workshops de grande grupo em Paty do Alferes (RJ) em 1977 e 1978, que aproximou profissionais e núcleos de formação até então isolados. Foi um período de realização de diversos eventos, entre eles os Encontros Latino-Americanos (dois deles realizados no Brasil e os demais, no exterior, sempre com grande número de brasileiros/as), e a quantidade de publicações aumentou consideravelmente ^(1, 12).

- 3) Declínio (entre 1987 e 1989): as autoras ⁽¹⁾ consideraram este um período de luto pelas mortes de Carl Rogers e Rachel Rosenberg (ambos em 1987) e o desligamento da ACP e do meio acadêmico de expoentes importantes na disseminação da ACP na formação de psicólogos/as. As autoras também justificam esse declínio afirmando que “a influência da popularidade de outras orientações terapêuticas (Psicanálises e Terapias Corporais) no meio acadêmico” ⁽¹⁾ podem ter contribuído.
- 4) Renascimento (a partir de 1990): período caracterizado por grande crescimento de núcleos da ACP em diversos Estados brasileiros, em sua maioria formados por ex alunos/as dos profissionais que “fertilizaram” o Brasil com as teorias e práticas da ACP. É neste período que surgem os Fóruns Brasileiros da ACP, tendo o primeiro sido realizado em 1996 na cidade de Paulo de Frontin (RJ). Uma característica importante nos chama atenção: este período tem maior predominância dos eventos vivenciais do que de novas publicações de livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos. Observa-se também um crescimento da ACP nos estados do Nordeste (os Encontros Nordestinos da ACP começaram a ser realizados lá em 1986) e expansão para outras regiões do país ⁽¹⁾.

Conforme explicado acima, as quatro fases descritas aqui por Tassinari e Portela ⁽¹⁾ foram caracterizadas na pesquisa realizada em meados da década de 1990. Posterior à pesquisa das autoras, tivemos diversas outras publicações que buscaram dar conta da história da ACP no Brasil.

Destacamos aqui o interessante livro “Carl Rogers no Brasil” de autoria de Eduardo Bandeira, primeiro psicólogo brasileiro a estudar com Carl Rogers no *La Jolla Program*, na Califórnia (EUA) em 1972, foi lançado em 2012 e narra todo o percurso de Bandeira desde a “descoberta” da ACP, ainda no Brasil, até a organização dos workshops e eventos que foram facilitados por Rogers e sua equipe em 1977 e 1978 em cidades Brasileiras ⁽¹³⁾.

Em 2021, José Estácio de Lucena organizou o importante livro “Tornando-se Comunidade: a história dos Fóruns Brasileiros da Abordagem Centrada na Pessoa de 1996 a 2019” ⁽¹⁴⁾. Nele, acepistas de diferentes gerações que participaram das comissões organizadoras dos Fóruns Brasileiros (do primeiro até o décimo terceiro) narram desafios enfrentados, trazem dados importantes sobre o número de participantes, temas discutidos, emoções e vivências compartilhadas.

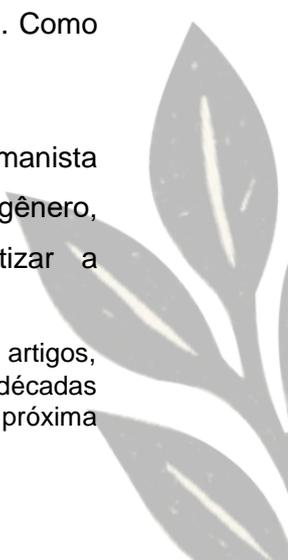
Outras publicações, da década de 1990 e dos anos 2000 também buscaram registrar as experiências dos Encontros Nordestinos da ACP (que realizou sua 22ª edição em 2024), dos Fóruns Brasileiros (indo para a 15ª edição em 2025) e dos Encontros Latino-Americanos ⁽¹⁵⁾. Também tivemos um grande salto quantitativo, nas décadas de 2010 e 2020 de publicações sobre práticas clínicas em ACP (com destaque para o Plantão Psicológico) e em outras áreas, como escolar/educacional, saúde/ hospitalar, organizacional/institucional e comunitária ^(16, 17) ¹.

Algo que nos chamou atenção em textos de acepistas brasileiros de diferentes gerações: a preocupação com o futuro da ACP no Brasil. Tanto nos textos do final da década de 1990 ⁽¹⁾ quanto nas coletâneas mais atuais ^(14, 17) é nítida a preocupação com a pouca presença ou marginalização da Abordagem na formação inicial de psicólogos/as. Pinto aponta que “se fala pouco sobre a nossa ACP na maioria das universidades” ⁽¹⁷⁾, e completa dizendo que sente que a ACP é “malfalada”, mal ensinada na graduação e que isso acaba gerando distorções que levam profissionais recém formados a procurarem o seu curso de formação “porque querem atender como psicoterapeutas o quanto antes – e porque ouviram dizer na universidade que a ACP era mais fácil para os iniciantes que não gostam de estudar” ⁽¹⁷⁾.

Finalizamos este tópico destacando estudos recentes que têm buscado rever posicionamentos (e a ausência destes) e posturas dentro da ACP com relação às diversidades e desigualdades de gênero, raça, classe, orientação sexual, território, entre outros ^(18, 19, 20). Se a Psicologia brasileira de forma geral negligenciou questões raciais e de gênero por décadas, a práticas humanistas de acolhimento e escuta da ACP também o fizeram. Como atesta Bezerra:

Precisamos tematizar os riscos derivados de uma proposta humanista sustentada em um humanismo “asséptico”, ou seja, sem pele, sem gênero, sem historicidade, sem raízes culturais. Precisamos problematizar a

¹ As referências apresentadas aqui são apenas a título de ilustração, já que a quantidade de artigos, livros e outros trabalhos acadêmicos sobre práticas em ACP publicada nas últimas duas décadas merece uma cuidadosa pesquisa de estado da arte, que pretendemos desenvolver em uma próxima publicação.



invisibilidade que o “racismo-nosso-de-cada-dia” ainda possui entre as/os profissionais da ACP ⁽¹⁹⁾.

Complementamos a citação de Bezerra com o contundente trecho de Mello e Patto, falando sobre o compromisso ético político e social que os/as psis devem firmar em sua atuação profissional:

Um psicólogo que não desenvolver a capacidade de refletir sobre a ciência que pratica – ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz e que ele reproduz – certamente soma, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura, atitudes e condutas que são constitutivas da barbárie ⁽²¹⁾.

Assim, a pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?”, que traz resultados parciais neste artigo, foi mobilizada pelo atual contexto da Psicologia e da ACP em nosso país, com novos atores, novas cores, novas demandas (ou seriam demandas desinvisibilizadas?). Um contexto muito distinto da classe média estadunidense de meados do século XX, onde a Abordagem surge. Uma realidade social, histórica, cultural, territorial, ancestral muito própria de um país ainda colonizado por teorias e práticas importadas e descontextualizadas que invisibilizam dores, violências, exclusões e desigualdades. E sem dúvida, as mudanças em curso no cerne da ACP brasileira são um caminho sem retorno.

Método

Para alcançar os objetivos da pesquisa, recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental ^(22, 23) e empírica. A pesquisa foi submetida à apreciação do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP, através da Plataforma Brasil, sob processo CAAE número: 80116224.9.0000.8160.

Buscamos conhecer o perfil dos/das psicólogos/as que atuam com a Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil e para isso convidamos por meio das redes sociais os/as acepistas atuantes na área de psicologia e também estudantes desta abordagem. Estimamos que o link para o formulário online tenha sido compartilhado com mais ou menos duas mil pessoas, durante duas semanas em que o questionário ficou aberto recebendo respostas. Neste período alcançamos um número bastante significativo e representativo para uma pesquisa qualitativa: 316 respondentes.

Os/as respondentes tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aqueles que concordaram com os termos - todos em conformidade com as normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional

de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde - puderam acessar o questionário e participar da pesquisa de forma voluntária e anônima.

O questionário semi estruturado, que contou com 20 perguntas (das quais apenas cinco eram abertas), arrolou informações para compormos o perfil sócio demográfico (9 perguntas) dos/das acepistas do Brasil e buscou conhecer um pouco sobre a formação inicial e continuada dos/das psicólogos/as participantes da pesquisa: se a graduação foi em instituição privada ou pública e de que forma se especializaram em ACP (se presencial ou remotamente em cursos de formação lato sensu; se somente na graduação; ou se por conta própria).

Também nos interessou saber o porquê da escolha por Psicologia e ACP, onde conheceu a ACP (ou quem a apresentou) e a quantos anos atua como Psi e como acepista. E na última parte do questionário, focamos na participação (ou não) nos Fóruns e encontros regionais da ACP.

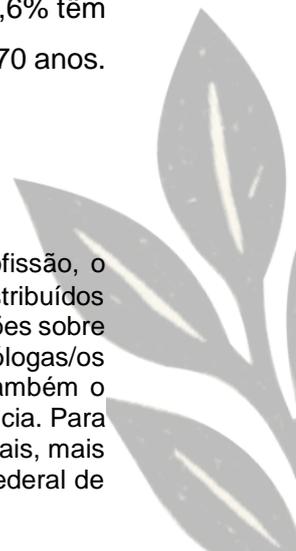
No tópico de resultados e discussões, apresentaremos os resultados referentes aos temas que foram o foco deste artigo: o perfil desta amostra de psis acepistas, enfatizando as regiões e cidades onde estes/as atuam e em que áreas da Psicologia; e como se deu a formação dos acepistas brasileiros. As demais questões serão trabalhadas posteriormente em novas publicações.

Resultados e discussões

De forma inédita na história da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil, esta pesquisa apresenta o perfil daqueles/as que fazem a ACP neste país. Tivemos a participação de 316 pessoas de todas as cinco regiões do país. Segue abaixo importantes marcadores que se assemelham bastante com os que foram encontrados no Censo Psi² realizado em 2022 pelo Conselho Federal de Psicologia ^(22, 23).

- a) **Faixa etária:** 24,1% são jovens de 20 a 30 anos; 28,2% têm entre 31 e 40 anos; 20,6% têm entre 41 e 50 anos; 17,7% têm entre 51 e 60 anos; 7,6% têm de 61 a 70 anos; e apenas 6 pessoas (1,9% da amostra) têm mais de 70 anos.

² No ano que completamos 60 anos de regulamentação da Psicologia como ciência e profissão, o Conselho Federal de Psicologia e o sistema Conselhos (com seus 23 conselhos regionais distribuídos pelos estados da Federação e Distrito Federal) realizaram o CensoPsi 2022 que traz informações sobre perfil, formação, áreas de atuação, condições de trabalho e engajamento social das/dos psicólogas/os do Brasil. Maior pesquisa já realizada sobre a área de Psicologia, o CensoPsi 2022 foi também o primeiro levantamento que apresentou dados sobre orientação sexual, gênero, raça e deficiência. Para a sua realização, o CFP ouviu, entre os anos de 2021 e 2022, por meio de questionários virtuais, mais de 20 mil psicólogas/os de todo o país. Pesquisa completa disponível no site do Conselho Federal de Psicologia em dois volumes (CFP, 2022a; CFP,2022b).



- b) **Identidade de gênero:** 75,9% se identificam como mulheres cisgênero (sendo que uma pessoa disse apenas que era “mulher”³ e outra disse que seu gênero era “feminino”). Uma pessoa se declarou mulher transgênero; duas pessoas (0,6%) se declararam não-binárias; e 23,1% se identificam como homens cisgênero. Esta proporção é bastante equivalente ao encontrado no Censo Psi 2022, realizado através de questionário online entre os anos de 2021 e 2022 pelo Conselho Federal de Psicologia. Segundo o Censo Psi, 79,2% das pessoas se identificaram como sendo do gênero feminino, 20,1% do gênero masculino e 0,7% como não binárias ⁽²²⁾.
- c) **Raça/cor/etnia autodeclarada:** 70,9% das pessoas se declararam brancas; 20,6% pardas; 7,3% pretas; 2 pessoas se declararam amarelas; 1 pessoa se declarou indígena; 1 pessoa se declarou “mestiça”. No Censo Psi tivemos resultado bastante similar: 63,9% de brancas; 26,1% de pardas; 8,5% de pretas; 1,2% de amarelas; 0,3% de indígenas ⁽²²⁾.
- d) **Orientação sexual:** 81,6% se declararam heterossexuais; 9,5% bissexuais; 7% homossexuais; 1,9% pansexuais.
- e) **Estado civil:** 56,6% das pessoas declararam-se casadas, em união estável ou vivendo com companheiro(a/e); 31,6% são solteiras; 9,5% são divorciadas; 1,6% são viúvas; e duas pessoas declararam que estão “noivas” (que não é um estado civil).
- f) **Renda familiar:** 24,3% declararam renda familiar de até 3 salários mínimos (SM); 27,5% entre 3 e 6 SM; 23,1% entre 6 e 10 SM; 18,% entre 10 e 20 SM; e 6,3% acima de 20 SM. A metodologia e os parâmetros utilizados pelo Censo Psi 2022 foram diferentes dos utilizados aqui, o que nos impediu de comparar os dados coletados nesta pesquisa com o Censo Psi.
- g) **Religião:** 29,7% seguem a religião católica; 23,7% declararam não ter religião; 15,9% são espíritas ou espiritualistas; 11,7% são evangélicas; 7% são ateístas; 3,2% são budistas; 2,8% são umbandistas; 1,6% são candomblecistas; e 4,4% declararam outras religiões e crenças. Esses resultados são bem semelhantes aos apresentados pelo Censo Psi ⁽²²⁾.
- h) **Grau de escolaridade:** 3,2% tem o Ensino Superior Incompleto (estudantes de Psicologia); 21,8% têm o Ensino Superior Completo; 49,7% possui Especialização (Pós Graduação Lato Sensu); em relação a Pós Graduação Strito Sensu, 15,8% possuem Mestrado e 8,3% possuem Doutorado; 4

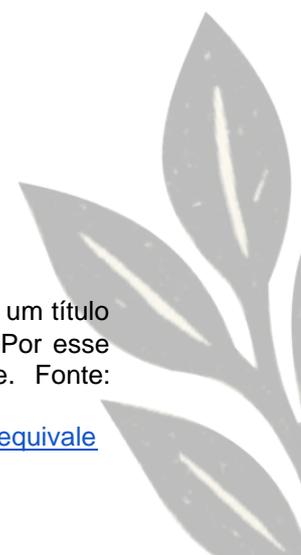
³ Importante ressaltar que quase todas as questões fechadas tinham a opção “outro” para que as pessoas pudessem escrever a resposta que considerassem mais adequada, caso não se sentissem contemplados nas opções disponíveis.

pessoas (1,2%) disseram ter pós doutorado⁴. Portanto, 75% da nossa amostra possui Pós Graduação, resultado similar ao Censo Psi 2022 ⁽²²⁾, onde 73,4% dos/das profissionais possuem este grau de escolaridade.

Para mapearmos com mais precisão por onde a ACP se disseminou nas últimas décadas, perguntamos em qual **cidade e Estado** residem nossos/as respondentes. As respostas abertas geraram resultados que reafirmam tanto o Censo Psi 2022 quanto a pesquisa de Tassinari e Portela ⁽¹⁾. Segundo o Censo Psi ⁽²²⁾, a maioria das/dos profissionais está concentrada na região Sudeste, 44%. De acordo com Tassinari e Portela ⁽¹⁾, a ACP iniciou no Brasil, na década de 1970, de maneira isolada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco e se expandiu principalmente para o Nordeste a partir de meados dos anos 1980.

Nossa amostra tem 40,8% de acepistas vivendo no Sudeste; 28,2% vivendo no Nordeste; 14,9% estão no Sul do país; 9,5% estão no Centro-Oeste; e 6,6% na região Norte. Chama-nos a atenção o fato de estarmos bastante espalhados pelo interior do país, principalmente em MG e SP. No Sudeste, estamos em 51 diferentes cidades, incluindo as quatro capitais da região. No estado de São Paulo foram 23 cidades e em Minas Gerais foram 21 cidades. No Nordeste, segunda região com mais acepistas do país, estamos em 25 cidades em oito estados da região. Abaixo, uma tabela com o número de respondentes em 21 estados e Distrito Federal (não tivemos participantes de Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Sergipe).

⁴ De acordo com o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), o pós doutorado não é um título acadêmico. Assim, a maior titulação existente é o Doutorado ou seu equivalente, o PhD. Por esse motivo não incluímos o pós doutorado no rol de opções de grau de escolaridade. Fonte: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/processo-seletivo/pos-doutorado#:~:text=Ao%20contr%C3%A1rio%20do%20que%20acredita,ou%20o%20seu%20equivalente%20Ph>.



Acepistas por Estado	
AL	2
AM	2
BA	7
CE	21
DF	14
ES	1
GO	3
MA	9
MG	34
MS	2
MT	11
PA	14
PB	18
PE	26
PI	4
PR	21
RJ	39
RN	2
RO	5
RS	16
SC	10
SP	55
Total	316

Tabela 1: Acepistas por Estado brasileiro. Elaboração própria.

O Sudeste ainda ser a região com maior número de profissionais, era um dado esperado em função de aspectos históricos, sociais, políticos, territoriais e econômicos. Pretendemos fazer uma análise mais minuciosa (em uma próxima publicação) sobre a disseminação da ACP pelo interior do país, mas já com a análise preliminar dos dados, observamos um recorte etário interessante nesta concentração de profissionais no interior: muitos acepistas das novas gerações (até 40 anos) estão fora das capitais. Isto se deve à interiorização e expansão do ensino superior nos últimos 15 anos (via projetos federais como REUNI, PROUNI e FIES) e à maior facilidade de realizar uma especialização online em ACP. Também consideramos preponderante nesta fixação de profissionais no interior, a permissão dada pelo Conselho Federal de Psicologia (desde o início da pandemia da Covid-19) para os atendimentos clínicos online.

Trazemos agora para a discussão os dados sobre a **formação inicial** dos/das acepistas brasileiros/as: 75,3% dos/das participantes da nossa pesquisa se graduaram em Psicologia em Instituição de Ensino Superior (IES) privada. 23,4% fizeram o curso em IES pública e 1,3% cursaram em ambas (iniciaram em privada e seguiram na pública ou vice-versa). Estes números diferem um pouco do que foi apresentado no Censo Psi 2022, onde 67% dos/das respondentes fizeram sua formação em IES privada. E entendemos isso como uma especificidade da ACP, que há algumas décadas tem perdido espaço nas IES públicas para outras abordagens, conforme constataram Tassinari e Portela ⁽¹⁾ e Pinto ⁽¹⁷⁾.

Sobre a interiorização e expansão das IES no Brasil, temos os dados de Gondim e Barros:

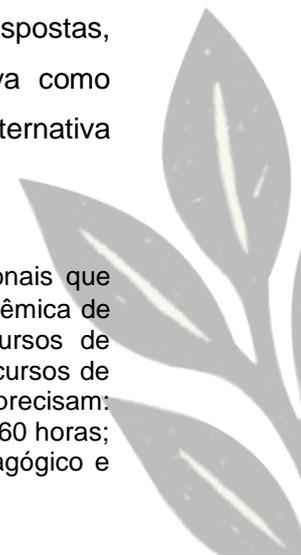
Em 1985 havia 81 cursos de graduação em Psicologia, contemplando apenas 17 estados brasileiros. Dez anos depois (1995) existiam 149 cursos, dos quais 75 estavam nas capitais. No primeiro ano do governo Lula (2003), existiam 238 cursos de Psicologia, sendo que 54,2% estavam na região Sudeste. O crescimento do número de cursos nos governos de Lula e Dilma ocorreu de forma acelerada uma vez que ao final do ano de 2014 o número chegava a 562. Desde então, o número praticamente dobrou e hoje soma 1.106 cursos de Psicologia em atividade, dos quais 89,7% estão no setor privado⁽²⁴⁾.

Temos hoje 1106 cursos, dos quais quase metade (47,6%) surgiram na última década e são majoritariamente oferecidos por instituições privadas (89,7%). Nos preocupa a qualidade dessa formação oferecida e o quanto ela estaria atrelada a interesses empresariais educacionais ao invés de espelhar necessidades sociais e do mercado de trabalho ⁽²³⁾. Com relação a este alto percentual de cursos de psicologia em IES privadas, Ramos ⁽²⁵⁾ aponta para uma preocupação que nos aflige também:

Suspeitamos que parte relevante dos cursos de psicologia, ao menos no Brasil, tem se limitado a oferecer à sua clientela aquilo que cabe entre o menor custo possível e a maior adequação conseguida aos critérios oficiais de avaliação institucional. Os cursos das IES são feitos, cada vez mais, para os acionistas dos papéis da educação e para os avaliadores do MEC, sendo que os primeiros (os acionistas) talvez tenham uma função determinante muito maior que os segundos ⁽²⁵⁾.

Sobre **formação continuada**, nos interessou saber que tipo de formação específica em ACP os/as participantes da pesquisa fizeram. 31,8% fizeram especialização presencial; 16,3% fizeram especialização online; 14,8% fizeram curso de aperfeiçoamento presencial; 8,8% fizeram curso de aperfeiçoamento online; 7,3% fizeram curso de curta duração/ curso de extensão em ACP. 9,5% disseram só terem estudado ACP na graduação e 4,4% disseram terem estudado ACP por conta própria. 7,1% dos/das participantes deram outras respostas, porque não souberam se a Formação em ACP que realizaram se enquadrava como especialização ou aperfeiçoamento⁵. Algumas pessoas também assinalaram a alternativa

⁵ Segundo o Ministério da Educação, cursos de aperfeiçoamento destinam-se a profissionais que estejam no exercício de uma determinada ocupação (correlacionada com a formação acadêmica de origem na graduação). Existem dois pareceres que normatizam o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento, Parecer CNE/CES nº 263/2006 e Parecer CNE/CES nº 254/2002. Já os cursos de especialização, para serem reconhecimentos pelo MEC como Pós Graduação Lato Sensu, precisam: estar vinculados a uma IES (pública ou privada); oferecer no mínimo uma carga horária de 360 horas; ter ao menos 30% de professores com mestrado e/ou doutorado; apresentar projeto pedagógico e matriz curricular ⁽²⁶⁾.



“outros” e explicaram que fizeram (e seguem fazendo) muitas formações continuadas, como especializações, aperfeiçoamentos, supervisão clínica, grupos de encontro, etc.

Como vimos acima, 75% dos/das participantes da pesquisa têm Pós Graduação (*lato* ou *stricto sensu*). O Censo Psi 2022 ⁽²³⁾, apresenta resultado quase idêntico, com 73,4% de respondentes com este nível de escolaridade. Essa expressiva busca poderia estar relacionada à maior consciência sobre a baixa qualidade ou insuficiente formação para dar conta das demandas nas diferentes áreas de atuação psi ⁽²⁶⁾.

Para fechar as reflexões preliminares que os dados coletados nos trouxeram, apresentamos os dados sobre **atuação profissional** dos/das participantes da pesquisa. Pedimos aos/às participantes que indicassem duas principais áreas de atuação na Psicologia. Elencamos as principais e colocamos a opção “outros”. O gráfico abaixo apresenta o resultado:

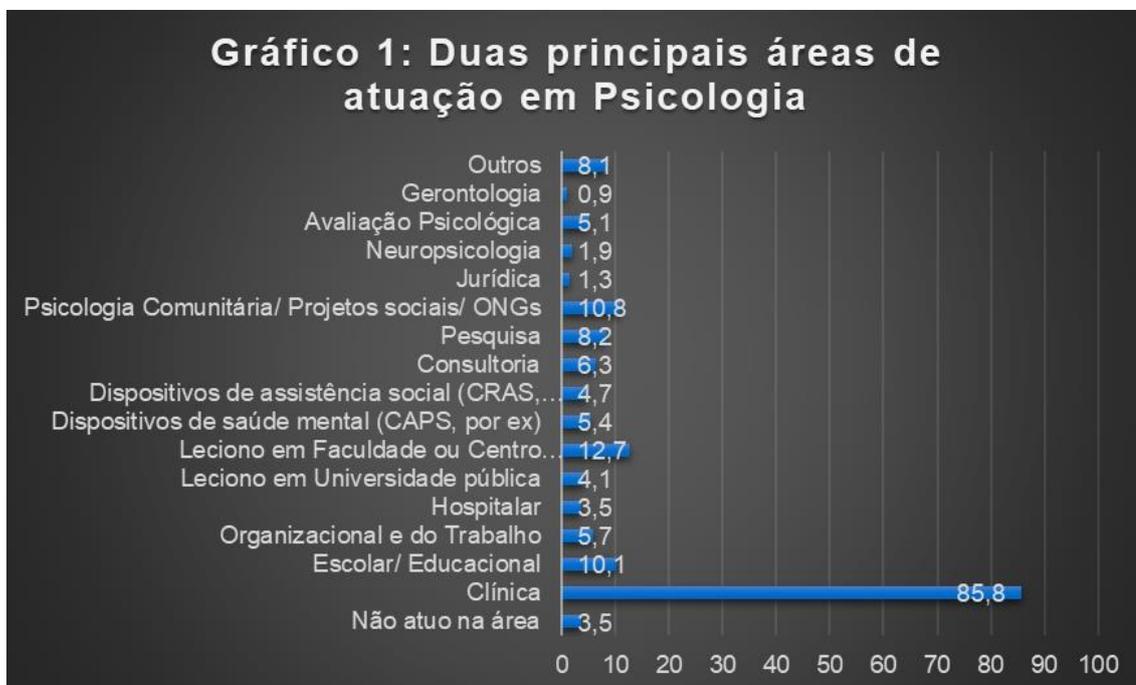


Gráfico 1: Duas principais áreas de atuação em Psicologia. Elaboração própria

Como esperado, a área que mais concentra acepitistas é a clínica, com 85,8% das respostas. Esta também é a área que foi eleita como única área de atuação por 23,4% da amostra. Tivemos um percentual alto de “outros” como resposta, 8,1%, porque algumas pessoas lecionam em cursos de especialização ou formação em ACP que não são vinculados a IES (ou quando são, não acontecem nas dependências destas). Assim, pessoas que têm suas próprias empresas e ministram formação em ACP não se sentiram contempladas com a opção “leciono em faculdade ou centro universitário privado”. Quase 100% dos que lecionam em cursos de formação e em IES públicas e privadas têm como segunda área de atuação, a clínica.

No Censo Psi 2022, vimos que 73,1% das/dos profissionais atuam prioritariamente na área clínica. E este maior interesse pela clínica, há décadas, reflete uma maior ênfase nesta área nos cursos de formação inicial e continuada⁽²³⁾. Especificamente no caso da ACP, 100% da formação continuada (em cursos de especialização, aperfeiçoamento e nos cursos de formação que não se enquadram nestas modalidades) é voltada para capacitação de psicoterapeutas centrados. Talvez isso ocorra pela necessidade de alçar a ACP ao patamar de outras teorias terapêuticas mais populares na graduação de Psicologia, visto que nossa Abordagem recebe pouca ou nenhuma menção em muitos desses espaços⁽¹⁷⁾. Tampouco há demanda forte para uma formação em ACP que não seja clínica. É como se a Abordagem Centrada na Pessoa ainda fosse lida por muitos/as/es como Terapia Centrada no Cliente, apenas uma teoria e técnica de psicoterapia, em suma, uma “orientação terapêutica”⁽¹⁾.

Considerações Finais

Como afirmamos em diferentes momentos deste artigo, a pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?” foi mobilizada pelo atual contexto da Psicologia e da ACP em nosso país. E vimos através dos dados coletados com os/as 316 acepistas que colaboraram com nossa reflexão, que a cara da ACP mudou, assim como a cara da Psicologia. Somos mais diversos/as/es, mais coloridos/as/es, mais contestadores/as, mais indignados/as/es e raivosos/as/es, mais espalhados/as/es por esse país continental.

Seguimos em maior número no Sudeste, por questões históricas e econômicas principalmente – tanto do Brasil quanto da ACP. Mas a juventude está abrindo fronteiras, com um forte e bonito sotaque nordestino, e ajudando na disseminação da ACP que aprendemos com Rogers e também de uma ACP genuinamente brasileira e decolonial que estamos construindo juntas!

Nossa identidade segue forjada na clínica. A Terapia Centrada no Cliente marcou nossa Abordagem com força, tanto para o bem quanto para o mal. Mas o “glamour dos consultórios particulares”, conforme ironiza Raquel Guzzo⁽²⁷⁾, aos poucos vai sendo substituído por práticas clínicas inclusivas e democráticas, como o Plantão Psicológico.

Seguimos estudando e nos capacitando, mas nossa formação inicial e continuada segue preocupando. Será que conseguiremos driblar as armadilhas neoliberais que insistem em capturar valores tão caros aos/às humanistas, como a empatia e a autenticidade? Conseguiremos formar acepistas capazes de lidar com os atravessamentos interseccionais de ordem político-social-econômico-territorial-cultural-de-gênero-raça-classe-etc presentes em todos os espaços por onde circulamos como pessoas e profissionais?

Conhecer os pressupostos da Abordagem que abraçamos como ciência, profissão e jeito de ser e a história de sua inserção no Brasil, é um passo fundamental para assumimos o compromisso social, ético e político de não repetirmos os erros do passado.

Assim, confiando na tendência atualizante da ACP brasileira e na nossa capacidade de (des)aprendizagem significativa, finalizamos este texto afirmando que nesses novos tempos importa mais “defender a alegria e organizar a raiva” – como o fazem os/as carnavalescos/as do bloco pernambucano “Eu Acho é Pouco” – do que seguir o seguro e asséptico caminho da universalidade da pessoa, da idealização de uma teoria descontextualizada e de uma suposta neutralidade. E seguimos assim, porque viver é melhor que sonhar.

REFERÊNCIAS

1. Tassinari, M., Portela, Y. História da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil. *In* Gobbi, S.L. et al. Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa. 2a ed. São Paulo: Vetor, 2005.
2. Gobbi, S.L. et al. Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa. 2a ed. São Paulo : Vetor, 2005.
3. Rogers, C.R. Tornar-se Pessoa. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1997.
4. Barreto,C. L.B.T. A Evolução da Terapia Centrada no Cliente. *In* GOBBI, S.L. et al. Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa. 2a ed. São Paulo : Vetor, 2005.
5. Rogers, C. R., & Wood, J. K. Client-Centered Theory: Carl Rogers. *In* A. Burton (Ed.), *Operational Theories of Personality* (pp. 211-258). New York: Brunner/Mazel, 1974.
6. Rogers, C.R. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica de personalidade. *In*: WOOD, J.K. et al (orgs). *Abordagem centrada na pessoa*. (p.155-177) Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.
7. Rogers, C.R. Um jeito de ser. São Paulo: EPU, 1983.
8. Spiegelberg, H. *Phenomenology in Psychology and Psychiatry*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1972.
9. Rogers, C.R. Tornar-se Pessoa. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1997. P.227
10. Schmidt, M. L. S. Utopia, teoria e ação:: leitura das propostas grupais na abordagem centrada na pessoa. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 31(3), 628–639, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300014>.
11. Barfield, G. A passion for politics in Carl Rogers´ work and approach. *In* Proctor, G; Cooper, M; Sanders, P; Malcom, B (orgs.). *Politizing the person-centred approach – an agenda for social change*. Trowbridge, UK: PCCS Books, 2006.
12. Gusmão, S.M.L. Prefácio. *In* Lucena, J.E. (Org) *Tornando-se comunidade: a história dos fóruns brasileiros da ACP de 1996 a 2019*. Rio de Janeiro: Matilha, 2021.
13. Bandeira, E. Carl Rogers no Brasil. São Paulo: GRD Ed, 2012.

14. Lucena, J.E. (Org) Tornando-se comunidade: a história dos fóruns brasileiros da ACP de 1996 a 2019. Rio de Janeiro: Matilha, 2021.
15. Gusmão, S.M.L. Ousando ser feliz – temas em psicologia humanista. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999.
16. Tassinari, M.; Durange, W. (orgs.). Plantão e a clínica da urgência psicológica. Curitiba: CRV, 2019.
17. Pinto, M.A.S. (org.). Abordagem Centrada na Pessoas e algumas de suas possibilidades. Volume 2. São Paulo: All Print Ed, 2021. Páginas 72 e 76.
18. Gomes, I. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. *In* Tassinari, M.; Durange, W. (orgs.). Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019.
19. Bezerra, E.N. Racializando a facilitação em Abordagem Centrada na Pessoa. *In* Oliveira, F.A.G.; INSFRAN, F. Aprendendo a transgredir. Diálogos a partir de bell hooks e Paulo Freire. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2022. P.257.
20. Bianchini, T. A ACP no atendimento à pessoa LGBTQIAPN+. *In* PINTO, M.A.S. (org.). Abordagem Centrada na Pessoas e algumas de suas possibilidades. Volume 3. São Paulo: All Print Ed, 2023.
21. Mello, S.L.; Patto, M.H.S. Psicologia da violência ou violência da psicologia? *In* Patto, M.H.S. (org). Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia. São Paulo: Casa do psicólogo, 2012. P.20.
22. CFP, Conselho Federal de Psicologia. Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022a. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/censo-da-psicologia-brasileira-volume-1/> Acessado em 5/04/2023
23. CFP, Conselho Federal de Psicologia. Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume II : condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022b. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/censo-da-psicologia-brasileira-volume-2/> Acessado em 5/04/2023
24. Gondim, S.; Barros, L.O. A escolha da profissão de PSICÓLOGA(O) e a carreira: o que mudou ao longo do tempo? (capítulo 4) *In* Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022. P.78; Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/censo-da-psicologia-brasileira-volume-1/> Acessado em 5/04/2023
25. Ramos, C. Tirando a venda dos espertos: reflexões sobre a formação de psicólogos em tempos de cinismo. *In* Patto, M.H.S. (org). Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia. São Paulo: Casa do psicólogo, 2012. P. 154-155.

26. MOURÃO, L.; BASTOS, A.V.B. A formação da(o) psicóloga(o): o expressivo investimento na pós-graduação. (capítulo 6). *In* Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Quem faz a psicologia brasileira?** : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/censo-da-psicologia-brasileira-volume-1/> Acessado em 5/04/2023
27. Guzzo, R. Desafios cotidianos em contextos educativos: a difícil formação de psicólogos para a realidade brasileira. *In* Azzi, R.G.; Gianfaldoni, M.H.T.A. (orgs). *Psicologia e Educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. P. 258.